

CARTA POLÍTICA #195

27 de Março de 2020

“O relaxamento das medidas será amparado em dados e evidências, não no achismo e simplificação desta oposição entre economia e vida”.

(Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul)

O crescimento no número de infectados pelo novo coronavírus seguiu sua trajetória esperada, e os governos estaduais impuseram medidas de restrição em suas populações, visando conter o contágio. De acordo com a última atualização, o número de casos confirmados no Brasil já chega a quase 3 mil, com 77 mortes em todo o país, concentradas no estado de São Paulo.

Enquanto isso, o debate público rapidamente se voltou para uma contraposição entre a economia e a saúde. Enquanto as medidas mais eficazes, e recomendadas pela OMS, se dão em torno de quarentenas e restrição à atividade econômica, muitos negócios não são capazes de suportar uma interrupção da circulação das pessoas por períodos prolongados.

Bolsonaro se colocou inequivocamente a favor de um rápido restabelecimento das atividades econômicas, como forma de evitar que o país se atire em uma recessão. A maior parte dos governadores, e do Legislativo, resolveu se opor às recomendações do presidente. João Dória e Wilson Witzel, junto a maior parte dos governadores do país, se colocaram em oposição ao presidente, e sobram acusações para todos os lados de politização da crise. O presidente ficou isolado, de uma forma que se tornou bastante evidente quando os principais atores políticos se reuniram sem a presença do chefe do Executivo.

A situação, se analisada junto aos protestos diários contra o presidente ouvidos das sacadas nos centros urbanos, serve para corroborar um cenário de desgaste da popularidade – e até da legitimidade – de Bolsonaro. As posições estão bem marcadas e resta saber como será a narrativa dada à resolução da crise, mas o cenário não parece favorável ao bolsonarismo.

No mais, o Legislativo segue trabalhando, com o protagonismo de Rodrigo Maia como voz moderadora entre o governo e o Congresso. Diversas medidas excepcionais vêm sendo debatidas. Entre elas, a Câmara aprovou um projeto de renda básica emergencial para mitigar os efeitos da crise sobre os trabalhadores informais e a população carente.